

A RELAÇÃO INDIVÍDUO E SOCIEDADE A PARTIR DA TEORIA SOCIAL: OS AGENTES, AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E AS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO.

Ana Paula de Lima Rodrigues¹.

Resumo: O presente artigo objetiva trazer à luz o debate teórico existente acerca da relação indivíduo e sociedade, por meio de teóricos que procuram apontar para a necessidade crescente de compreender os fenômenos sociais através de uma perspectiva, onde o indivíduo é visto como agente principal das mudanças sociais. O trabalho procura estabelecer a maneira como os autores abordam a questão, que é de extrema relevância para a análise sociológica.

Palavras-chave: teoria social, indivíduo, sociedade

Abstract: The present article has how objective to bring a light to theoretical debate about of the relation individual and society, by middle of theories who search to sharpen from the necessity growth of understand the social phenomenons, through of a perspective where the individual is seen when principal agent of the social changes. The Work to search to establish the manner how the writers boarding this question, who is of extreme relevance from the sociologic analysis.

Keywords: social theory, individual, society

Introdução

¹ Ana Paula de Lima Rodrigues é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria, RS. Atualmente, é mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais pela UFSM. E-mail: anapaularodrigues19@yahoo.com.br

A teoria social clássica, ao debruçar-se sobre a observação dos fenômenos sociais, possuía como característica a importância concedida à sociedade na determinação das escolhas e ações dos atores tomados individualmente. Com isso, acreditava-se que o indivíduo sob influência das normas e regras de seu meio encontrava-se condicionado a agir de determinada forma, a qual era vista dentro de um padrão de normalidade.

Entre os pensadores modernos, o sujeito tinha seu curso de ação previamente determinado pela sociedade e o conjunto de instituições subjacentes. Tais instituições eram responsáveis por sancionar e legitimar padrões de comportamento socialmente aceitáveis. Além disso, o indivíduo era concebido somente como parte de grupos ou classes sociais e, portanto, sua subjetividade e suas experiências e representações acerca do mundo, só eram compreendidas como provenientes destes agrupamentos sociais e, por isso, tendiam a apresentar ampla homogeneidade.

No entanto, nas ciências sociais contemporâneas aspira-se alterar tal “estado de coisas” através de um discurso que promove o indivíduo como uma “agência”, isto é, com ampla potencialidade de desenvolver poder – entendido como a capacidade de obter resultados através da

mobilização de um conjunto de recursos disponíveis – e estabelecer modificações na estrutura social. De tal modo, atribui-se grande relevância a faculdade reflexiva, dialógica e racional do sujeito, vista como condição fundamental para a interatividade e sociabilidade, em uma sociedade global onde os riscos sociais e todos os demais processos são mais dinâmicos, instáveis e heterogêneos.

Cabe destacar que tal efemeridade e instantaneidade perpassam o conjunto de relações sociais e têm efeitos tanto sob a condição objetiva quanto subjetiva dos sujeitos. Em vista disso, as ciências sociais têm se mobilizado na tentativa de entender como os atores constroem suas representações e suas estratégias, porém, não descartando totalmente o componente coletivo e as limitações que se impõem aos indivíduos cotidianamente na busca pela satisfação de seus interesses. Evidencia-se, sumariamente, por meio de tais estudos, a presença de uma multiplicidade de sujeitos, de demandas sociais e identidades, que dialogam e interagem nos contextos locais e globais de experiência social, cabendo as ciências sociais investigar essa heterogeneidade de experiências.

Desenvolvimento

Na teoria social clássica, a estrutura possuía papel determinante sobre a vida dos

indivíduos. Deste ponto de vista, havia um campo restrito para a ação social, uma vez que os sujeitos encontravam-se largamente influenciados pelos valores e normas disseminados pela estrutura.

Para Bourdieu (2007), a posição que os atores sociais assumem na estrutura é determinante quanto ao seu poder de escolha e ação. A ação social, neste autor, diz respeito ao “*habitus*”, o qual apresenta-se como uma forma de agir e de pensar internalizado pelos indivíduos, através da cultura, que limitam suas atividades no interior do campo.

Na visão de Bourdieu (2007), o campo representa a estrutura social, onde estão localizadas as pessoas e as instituições. São espaços relativamente autônomos e eminentemente sociais. São eles que definem as escolhas possíveis e as formas de ação realizáveis pelos indivíduos.

Tais campos constituem-se por relações de poder e hierarquia, nas quais aqueles que possuem maior capital têm, igualmente, maior poder e posição privilegiada na organização social. São, dessa forma, responsáveis pelas decisões mais relevantes que instituem os gostos, as práticas e os estilos de vida dos estratos sociais, bem como permitem a reprodução das estruturas de classe.

Em vista disso, destaca-se, a partir deste autor, a importância de se compreender a forma como se organiza a estrutura social,

para, assim, entender como se constituem as relações entre os sujeitos e seus discursos acerca do mundo em que vivem. Esses discursos são essenciais para a manutenção das posições assumidas pelas pessoas em suas interações.

A discursividade é de grande relevância na análise foucaultiana sobre o poder, uma vez que os discursos são transmitidos para os seres sociais com o intuito de orientar de forma disciplinada sua conduta, o que acaba sendo determinante para o seu “processo de individuação” (FOUCAULT, 2006). Na perspectiva deste autor, os sujeitos reproduzem cotidianamente relações de poder, que não estão concentradas em uma instituição específica.

Nesse sentido, o poder encontra-se disseminado nos mais variados âmbitos, isto é, nos discursos, nas relações, nas ações e no comportamento dos indivíduos. Dessa forma, todos os espaços sociais são formados por campos de força onde, além da repressão, a disciplina é o principal elemento constitutivo das interações sociais. Portanto, o poder perpassa a sociedade como um todo, produzindo, assim, os sujeitos. A contribuição de Foucault, para pensar as atuais formas de interação e conflito social dá-se, desta maneira, pela ênfase atribuída a dimensão cotidiana, ao microcosmo da ação social, que Habermas identificará como o mundo da vida,

um “lócus” privilegiado de dialogicidade, de reflexão e mobilização social.

A fim de articular a dimensão estrutural e a ação social Elster (1994) cunhou o conceito de “estrutura de oportunidades”, que para ele resolve esse conflito existente na análise sociológica entre sociedade e indivíduo. Conforme este teórico, ao agir o indivíduo encontra-se submetido a uma estrutura de oportunidades, a qual guia suas escolhas e opções sociais.

Conseqüentemente, cabe aos atores sociais encontrar meios de superar as limitações impostas pela estrutura, o que não constitui uma tarefa fácil, pois mesmo que se baseie em uma escolha racional, esta pode comportar inúmeros obstáculos. Segundo Elster (1994), existem “filtros” pelos quais passam as ações dos agentes, que são responsáveis por determinar o conjunto de oportunidades destes no mundo social.

Os filtros podem ser tanto de coerção, quanto de racionalidade. Nesse sentido, podem representar, por um lado, formas de repressão que limitam ou ampliam a estrutura de oportunidades e, por outro, tipos de escolha baseados na racionalidade, bem como em normas e princípios sociais.

Portanto, os indivíduos por meio de suas motivações adaptam-se a uma estrutura de oportunidades com vistas a conquistar determinados fins. Porém, se as oportunidades não forem favoráveis, o que costuma se

intensificar em momentos de crise, os sujeitos por mais que estejam motivados tendem a não conseguir resolver as problemáticas presentes em seu espaço social. É o caso do mundo do trabalho, face ao atual estágio de globalização econômica, onde, sobretudo, nos contextos de desqualificação social são grandes as restrições a que estão submetidos aqueles, que procuram uma inserção no mercado de trabalho.

Ao debruçar-se sobre a discussão acerca da ação social, Giddens (1989) também busca destacar a importância que o indivíduo assume enquanto agente de mudança no âmbito societário. Para tanto, elucida que o meio social é resultado de interações entre os sujeitos que desenvolvem de forma inovadora suas ações e estratégias.

Nesse sentido, o que o autor denomina como “modernidade reflexiva” é uma realidade em que os atores sociais têm um poder sempre crescente em relação à estrutura, isto é, possuem uma autonomia para criar suas próprias narrativas biográficas e “projetos de vida”.

Por conta disso, o estudo de sistemas sociais deve pautar-se, essencialmente, no entendimento das formas de produção e reprodução das estruturas, que, na visão do autor, se dão através da ação cotidiana dos agentes que constantemente provocam transformações no interior da sociedade. Logo, a interatividade é eixo fundamental das

relações sociais e está relacionada a processos dinâmicos que abarcam tanto a dimensão subjetiva quanto a racional.

A ação racional, fonte de interesse das ciências sociais, encontra-se dotada de intencionalidade, contrapondo-se a um mero agir mecânico. De tal modo, através dela é possível modificar a organização ou estrutura social dada.

A estrutura social é composta por um elemento processual, o qual remete-se a ações uniformizadas e recursivas produzidas em um dado espaço segundo uma temporalidade específica. Desse modo, faz referência a práticas sociais motivadas por normas e recursos de ordem social. É em reação a esta estrutura que os agentes procuram, reflexivamente, fundamentar suas experiências de vida.

Nessa perspectiva analítica, o indivíduo destaca-se por representar uma “agência”, dado que é capaz de por meio de certos recursos desenvolver poder e, assim, provocar mudanças estruturais. Por esta razão, a influência da estrutura sobre o agir social encontrar-se-ia restrita. Partilhando das idéias de Giddens, de que o indivíduo é fomentador de mudanças na estrutura, Garfinkel (1984) acredita que as pessoas a partir de sua reflexividade são capazes de promover modificações no meio em que vivem. Assim, pode-se dizer que ao invés de simplesmente reproduzirem as regras sociais os sujeitos

tendo por base suas experiências cotidianas buscam significar o mundo, dotando-o de sentido. Tal sentido é resultado de interações e visões de mundo compartilhadas, que visam estruturar e ordenar a esfera societal.

O conjunto de significações adotado pelos indivíduos parte de trocas sociais constantemente renovadas e (re)interpretadas de acordo com as situações vivenciadas diariamente. A ênfase na reflexividade e na capacidade classificatória dos sujeitos na vida em sociedade é considerada, assim, como central na construção do mundo social.

O tema da reflexividade aparece também nas análises contemporâneas de Giddens (1997). Este autor aponta para a recorrência de fenômenos como o risco e a incerteza, que acabam resultando em modificações nas ações dos indivíduos em razão do aumento do sentimento de insegurança, ocasionados pela intensificação da modernidade.

A modernidade passa a designar, dessa maneira, relações sociais onde os vínculos sociais encontram-se mais frágeis, levando a processos como a fragmentação e o individualismo. Para tanto, os sujeitos necessitam, agora, agir de acordo com princípios racionais que devem orientar a sua conduta, uma vez que as instituições tradicionais não são capazes de possibilitar tal segurança para a existência social dos agentes. Tendo em vista a intensificação da

globalização e do individualismo torna-se mais difícil prever as conseqüências dos acontecimentos que podem afetar a convivência em sociedade.

Na análise de Giddens (2004), a liberdade de agir dos indivíduos em seus contextos de ação é largamente privilegiada ao atribuir ênfase a reflexividade e com isso a possibilidade dos agentes escolherem determinado estilo ou projeto de vida. Nesse sentido, a individualização acentua-se levando a construção de identidades autônomas e a ruptura dos laços coletivos.

Nesse sentido, Habermas (1984; 1987) aponta para o fortalecimento e ampliação da esfera pública, que por meio do recurso dialógico é capaz de promover mudanças na ordem social, pois na medida em que as pessoas têm a possibilidade de trocar experiências através da ação comunicativa, há também a possibilidade de libertarem-se da dependência em relação a entidades sistêmicas como o Estado. A independência em relação a tais entidades faz com que os indivíduos tenham uma margem de ação ampliada para modificar os contextos em que estão inseridos. A esfera pública passa, então, a estar associada à liberdade dos sujeitos solucionarem seus problemas de forma reflexiva, racional e dialógica.

Tal é a perspectiva de Unger (2001), que considera a sociedade como uma construção humana, onde os indivíduos são

capazes de transformar a organização social por meio do conflito. No entanto, os contextos formadores também impõem limitações ao agir social, pois compreendem um conjunto de crenças e valores que podem afetar o modo como os agentes tomam suas decisões. Todavia, mesmo sendo influenciados pela sociedade as pessoas tendem a romper com os parâmetros sociais.

O homem é visto, portanto, como agente transformador e fomentador das dinâmicas sociais, utilizando-se para isso do conflito. Ao introduzir mudanças na estrutura e na organização das instituições, o sujeito pode ao mesmo tempo contribuir para o desenvolvimento da sociedade como um todo, acentuando as características de autonomia individual e coletiva. Portanto, a abordagem apresentada pelo autor acima permite entender que as crenças e valores sociais embora tenham um caráter coletivo, partem de interações e representações simbólicas advindas de um intercâmbio entre os indivíduos.

A dimensão imaginária ganha, nesse sentido, demasiada importância na concepção acerca da constituição da sociedade. Partindo desse pressuposto, Castoriadis (1982) afirma que a sociedade é resultado da dimensão imaginária. Logo, para este teórico, a significação dos processos sociais e culturais, bem como das instituições e costumes existentes é proveniente do imaginário social.

Nessa medida, o simbólico é o elemento fundante das relações sociais, pois está disseminado tanto no corpo social, quanto nas instituições, nos costumes e na linguagem. Mais do que isso, o autor deixa claro que os fatores históricos e racionais também encontram-se imbricados no simbólico.

A classificação do mundo social, que possui um componente racional, mas também está carregado de emoções e de subjetividade, faz parte de um sistema de significações que tem sua origem no imaginário. A coletividade se apropria, dessa forma, do conjunto de normas, crenças e valores que são compartilhados por todos de maneira universal e simbólica.

Assim, na visão de Castoriadis (1982), o elemento unificador da sociedade é o imaginário, pois a partir dele é que emergem os significados, bem como a construção dos símbolos, responsáveis por orientar as criaturas humanas em suas ações. Em vista disso, pode-se inferir que a sociedade é uma instituição desenvolvida por meio das redes simbólicas, as quais abarcam tanto componentes imaginários quanto funcionais, que conduzem o fazer social e as representações partilhadas pelos indivíduos.

Tais representações só podem efetivar-se no meio social a partir da dimensão comunicativa, a qual diz respeito a processos de significação e simbolização das

experiências sociais de forma reflexiva. Ao discutir a teoria da ação, Schultz (1979) está igualmente preocupado em compreender como os indivíduos respondem aos valores, isto é, como os sujeitos percebem e vivenciam o mundo. Por esta razão, o autor acredita que na interação social as pessoas produzem a todo momento respostas novas às diversas situações presentes em seu cotidiano.

Por conseguinte, defende a idéia de que existem margens de liberdade para a ação humana que é constituída por meio de projetos que ganham ou perdem a importância de acordo com as circunstâncias presentes em dado ambiente social. Do mesmo modo, é conferida grande relevância a experiência anterior dos atores sociais, sendo assim, a situação biográfica de cada sujeito é vista como componente explicativo fundamental para o tipo de existência sociocultural que este vivencia.

Com isso, Schultz (1979) atenta para o fato de que a herança social e cultural apresenta suma importância sobre o comportamento dos atores, mas embora estes internalizem o conjunto de normas e padrões pré-estabelecidos é possível contestar as regras que regem o mundo social através da escolha e do desempenho de outros papéis sociais. Entretanto, para este mesmo autor, é necessário esclarecer que o indivíduo nem sempre tem o poder de realizar de forma plena o curso de ação pretendida, haja vista sua

inserção em tipos variados de interações que envolvem outros sujeitos e também outros objetivos.

Conseqüentemente, a ação do sujeito dá-se em contextos onde tanto a cooperação quanto o conflito são produto de interações que constituem o princípio da sociabilidade, isto é, da associação entre indivíduos que buscam satisfazer seus interesses agrupando-se em unidades sociais (SIMMEL, 1983). Tal associação nasce de motivações e impulsos provindos dos agentes que além de partilhar um entendimento comum acerca do mundo social, também visam encontrar soluções para os problemas que afetam sua existência.

Dessa forma, Simmel (1983) destaca que cabe a sociologia elucidar e identificar processos de mudança e interação social. Por meio da compreensão desse jogo de papéis sociais, princípio da sociabilidade, é possível entender as distâncias sociais.

Vislumbra-se, portanto, que o mundo social é formado por esta interação contínua entre o componente coletivo e o individual, ou seja, os autores que, aqui, dialogam compartilham do ponto de vista de que ao mesmo tempo em que os atores reproduzem a ordem social há também processos de mudança promovidos por estes na negociação de seus papéis sociais. O componente coletivo encontra-se representado pela ascendência das normas e regras sociais que perpassam as inúmeras gerações e

produzem um sentido de normatividade. O componente individual, por sua vez, trata da maneira como os sujeitos sociais, por meio de processos cognitivos, significam suas experiências e constroem suas subjetividades sob intensa influência dos contextos em que transitam.

Conclusão

O diálogo trazido neste texto buscou proporcionar uma aproximação com abordagens que tentam relativizar a forma de conceber a realidade social defendida pelos teóricos clássicos das ciências sociais, os quais viam os indivíduos como completamente “atomizados” diante da estrutura. As explicações sociológicas contemporâneas atribuem ao sujeito um conjunto amplo de oportunidades de mudar a ordem social, tanto por meio do processo reflexivo, que envolve um componente cognitivo, mas também aparece como fruto da sociabilidade e interatividade decorrente de processos dialógicos.

Na modernidade reflexiva, os agentes estão constantemente produzindo mudanças nas suas interações cotidianas e mobilizando múltiplas identidades e demandas sociais. Desse modo, pode-se dizer que os indivíduos estão inseridos em um “jogo” de papéis sociais, em que na interação com o outro é preciso produzir respostas novas, através da adesão e experimentação de

outros projetos de vida. Com isso, procura-se responder a autores como Durkheim, que concebiam a ação social como um agir mecânico e condicionado ao contexto.

Nesse sentido, ao analisar os fenômenos sociais é de suma importância atentar para o fato de que os agentes possuem “margens de liberdade” e suas ações, assim como suas identidades e projetos de vida, não se encontram mais determinados ou impostos por entidades de caráter coletivo. O agir social, agora, é repleto de reflexividade, dialogicidade, onde os sujeitos são capazes de realizar escolhas.

Não obstante, os autores, advindos das diferentes áreas das ciências sociais, elucidam que a ação social não encontra-se totalmente isenta da influência da estrutura na qual está inserida. Quando Bourdieu (2007) traz a noção de campo, procura destacar que a posição que os indivíduos assumem na estrutura influencia nas suas opções ou decisões.

Do mesmo modo, Elster (1994) ao tratar do conceito “estrutura de oportunidades” faz menção ao fato de que as escolhas dos sujeitos estão condicionadas a existência de determinados recursos presentes em seu meio e coerções, de ordem física e econômica, por exemplo, que podem limitar suas possibilidades de ação. Logo, é possível compreender o espaço social como um campo de luta, de contradições e de interação, onde

as potencialidades e os recursos dos atores, que também possuem um importante componente coletivo, são fundamentais para a obtenção de resultados.

Portanto, procurou-se apresentar, sumariamente, uma mudança de perspectiva na análise dos fenômenos sociais que tenta dar conta de um contexto marcado por profundas transformações nas relações sociais, em razão de processos que afetam indistintamente as esferas econômica, política e social. Trata-se de uma mudança de valores, da emergência de agentes diferenciados em suas condições de existência, o que têm relevantes implicações sobre sua situação identitária.

Cabe a sociologia identificar quais as motivações inerentes à ação social, isto é, o que gera a interação e a associação entre os indivíduos, mas também como se constituem as distâncias sociais. Nesse sentido, o interesse da sociologia dá-se em compreender quais as regras de sociabilidade, como os agentes constroem suas estratégias de ação em um contexto fragmentado, heterogêneo e socialmente excludente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. *Distinção. Crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

ELSTER, John. *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

GARFINKEL, Harold. *Studies in Ethnomethodology*. Cambridge England: Polity Press, 1984.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

GIDDENS, Anthony et al. *Modernização reflexiva*. São Paulo: UNESP, 1997.

HABERMAS, Jürgen. *La teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987.

_____. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

SCHULTZ, Alfred. *Fenomenologia das relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

SIMMEL, George. *Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou formal*. São Paulo: Ática, 1983.

UNGER, Mangabeira Roberto. *Política – os textos centrais*. São Paulo: Boitempo; Santa Catarina: Argos, 2001.